



Artigo original

## A mulher em vulnerabilidade social e a relação com a violência familiar

### The woman in social vulnerability and family violence

### La mujer en vulnerabilidad social y violencia familiar

Juliana da Silva Ávila<sup>1</sup> Silvia Virginia Coutinho Areosa<sup>2</sup> <sup>1</sup>Universidade de Santa Cruz do Sul (Santa Cruz do Sul), Rio Grande do Sul, Brasil.<sup>2</sup>Autora para correspondência. Universidade de Santa Cruz do Sul (Santa Cruz do Sul), Rio Grande do Sul, Brasil. sareosa@unisc.br

**RESUMO | OBJETIVO:** A vulnerabilidade feminina e a violência contra a mulher são temas recorrentes e inesgotáveis, que permeiam a humanidade, que se conceitua como patriarcal desde seus primórdios. Partindo disso, o presente artigo tem como objetivo refletir sobre a condição de mulheres em situação de vulnerabilidade social e sua relação com o fenômeno da violência familiar. **MÉTODO:** O percurso metodológico adotado se caracteriza a partir de um estudo exploratório do tipo observacional descritivo. Para a coleta de dados selecionou-se uma amostra não probabilística, intencional de 100 trabalhadoras de uma empresa multinacional do interior do estado do Rio Grande do Sul. Essas responderam espontaneamente a um questionário. Em seguida, foi realizada uma entrevista grupal (grupo focal em 10 encontros), com seis trabalhadoras que aceitaram participar. **CONCLUSÃO:** A partir desse estudo, verificou-se que as mulheres trabalhadoras em situação de vulnerabilidade social possuem algumas características comuns, entre elas: baixa escolaridade, poucas condições financeiras, construção familiar desestruturada, além de pouca compreensão sobre o contexto da violência familiar e seu enfrentamento.

**PALAVRAS-CHAVE:** Vulnerabilidade. Violência Contra Mulher. Relações Familiares.

**ABSTRACT | OBJECTIVE:** Female vulnerability and violence against women are recurring and inexhaustible themes that permeate humanity, which permeates humanity, that is conceptualized as patriarchal since the beginning. Based on this, this article aims to reflect on the condition of women in social vulnerability and their relation to the phenomenon of family violence. **METHOD:** The methodological approach adopted is an exploratory study of the descriptive observational type. For the data collection, a non-probabilistic, intentional sample of 100 workers from a multinational company in the interior of the state of Rio Grande do Sul was selected. These spontaneously responded to a questionnaire. Afterwards, a group interview was conducted (focus group in 10 meetings), with six workers agreeing to participate. **CONCLUSION:** From this study, it was concluded that working women in situations of social vulnerability have common characteristics, such as low education, low financial conditions, unstructured families, in addition to a lack of understanding of the context of family violence itself and its confrontation.

**KEYWORDS:** Vulnerability. Violence against women. Family relationships.

Submetido 31/08/2022, Aceito 14/04/2023, Publicado 14/07/2023

Rev. Psicol. Divers. Saúde, Salvador, 2023;12:e4821

<http://dx.doi.org/10.17267/2317-3394rpsds.2023.e4821>

ISSN: 2317-3394

Editoras responsáveis: Mônica Dalto, Marilda Castelar, Martha Castro

Como citar este artigo: Ávila, J. S., & Areosa, S. V. C. (2023). A mulher em vulnerabilidade social e a relação com a violência familiar. *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*, 12, e4821. <http://dx.doi.org/10.17267/2317-3394rpsds.2023.e4821>



**RESUMEN | OBJETIVO:** La vulnerabilidad femenina y la violencia contra la mujer son temas recurrentes e inagotables que impregnan a la humanidad, que por su vez, ha sido conceptualizada como patriarcal desde el comienzo. Delante de eso, este artículo tiene como objetivo reflexionar sobre la condición de la mujer en situación de vulnerabilidad social y su relación con el fenómeno de la violencia familiar. **MÉTODO:** El abordaje metodológico adoptado se caracteriza a partir de un estudio exploratorio, observacional y descriptivo. Para la recolección de datos, se seleccionó una muestra no probabilística intencional de 100 trabajadoras de una empresa multinacional del interior de Rio Grande do Sul. Esas respondieron espontáneamente a un cuestionario. Posteriormente se hizo una entrevista grupal (*focus group* en 10 encuentros), con seis trabajadoras que aceptaron participar. **CONCLUSIÓN:** A partir de este estudio, se constató que las mujeres trabajadoras en situación de vulnerabilidad social tienen algunas características comunes, entre ellas: baja escolaridad, pocas condiciones financieras, construcción familiar desestructurada, además de poca comprensión del contexto de violencia familiar y de como enfrentarlo.

**PALABRAS CLAVES:** Vulnerabilidad. Violencia contra las mujeres. Relaciones familiares.

## Introdução

A vulnerabilidade da mulher é um tema recorrente e inesgotável, o qual permeia a humanidade desde seus primórdios. Embora essa temática venha ganhando espaço na produção científica e no discurso daqueles que trabalham com serviço social e saúde, ainda há pouca discussão sobre o que de fato leva as mulheres a tal condição. Relacionada à temática da vulnerabilidade, tem-se a persistência da violência contra a mulher – que reflete sobre a sua saúde física e mental se tornando um problema de saúde pública a ser enfrentado. Essa violência que ocorre tanto nos espaços públicos como nos privados é pautada pela questão de gênero e vista como quebra dos direitos humanos (Arboit et al., 2018). Os autores afirmam que é um problema fundamentado nas relações de poder, entre homens e mulheres, e nas desigualdades entre os mesmos que foram construídas ao longo da história, onde a agressividade se instalou sob o poder machista, deixando a mulher à mercê de vários tipos de abusos na atualidade.

Nesse sentido, torna-se evidente a complexidade das situações de violência, uma vez que suas diferentes formas são ora toleradas e ora condenadas, de acordo com os diferentes contextos. As diferentes formas de violência contra a mulher, que podem ser físicas, sexuais, psicológicas, patrimoniais e morais, são um problema de saúde pública e de violação dos direitos humanos, como já foi referido anteriormente (Ferreira et al., 2020). Estimativas globais publicadas pela OMS indicam que aproximadamente uma em cada três mulheres (35%) em todo o mundo sofreram violência física e/ou sexual por parte do parceiro ou de terceiros durante a vida (Organização Pan-Americana da Saúde, 2019).

Apesar de buscar meios para resistir às opressões cotidianas, a população feminina, ao longo da história, sofre com diferentes formas de violências, e estão expostas a situações de vulnerabilidade social. Em vista disso, a Organização das Nações Unidas (ONU) no ano de 2010 criou um segmento chamado ONU Mulheres com a finalidade de buscar promover a igualdade entre os gêneros, o empoderamento das mulheres e a garantia dos direitos humanos. Esse segmento adotou como estratégias a liderança e a participação política, o empoderamento, o combate à violência contra as mulheres, emergências humanitárias, governança, planejamento e normas globais e regionais, além da paz e da segurança. No entanto, o direito das mulheres, que só foi reconhecido tardiamente, não foi o suficiente para evitar que estas ficassem suscetíveis a riscos e situações de fragilidade. Assim, compreende-se que o resultado deste padrão de dominação masculina gera barreiras para a autonomia pessoal e acaba por acirrar a desigualdade entre os gêneros (Durand, et al., 2021).

Ainda sobre desigualdade de gênero, esta é a principal causa de violência contra a mulher, na qual se destaca uma relação de incompatibilidade de poder, em que os comportamentos e escolhas são limitadas para a figura feminina. Ademais, em muitos casos, as mulheres ficam ao lado do agressor por falta de recursos financeiros, constrangimento, medo, bem como para a proteção dos filhos, e pode até vir a ocorrer o feminicídio (Andrade & Souza, 2021). As autoras afirmam que durante a pandemia da COVID-19 houve inclusive um crescimento acelerado da violência doméstica, com dificuldade de enfrentamento destas situações por parte da sociedade.

[Saffioti](#) (1999), afirma que a violência de gênero é um conceito mais amplo, abrangendo vítimas não só mulheres, mas também crianças e adolescentes de ambos os sexos. No exercício da função patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas, recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que se lhes apresenta como desvio. Ainda que não haja nenhuma tentativa, por parte das vítimas potenciais, de trilhar caminhos diversos do prescrito pelas normas sociais, a execução do projeto de dominação-exploração da categoria social homens exige que sua capacidade de mando seja auxiliada pela violência. Desta forma a sociedade que não coíbe o agressor acaba por reforçar a posição de submissão da mulher.

Ademais, a pobreza e a violência são definidas como processos de suscetibilidade ou condições inerentes à vontade individual, deixando os indivíduos expostos à exploração e à coerção. As políticas de saúde, especialmente para a promoção da saúde, são ferramentas importantes para enfrentar essas vulnerabilidades. Diante disto, este estudo possui como alicerce o Instituto Maria da Penha (IMP), que no artigo 5º da Lei Maria da Penha pontua que violência doméstica e familiar contra a mulher é “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (Lei n. [11.340](#), 2006, p. 01). Com base nestas premissas o artigo tem como objetivo refletir sobre a condição de mulheres em vulnerabilidade social e sua correlação com o fenômeno da violência familiar.

Nesse cenário, cabe mencionar que, no Brasil, o Ministério da Educação instituiu o Programa Mulheres Mil, em parceria com o governo canadense, entre 2007 e 2011, a fim de atender às mulheres em situação de vulnerabilidade social, promovendo educação profissional e tecnológica, proporcionando melhora da qualidade de vida de todos os envolvidos no processo de empoderamento das mulheres atendidas. Trata-se de uma iniciativa importante para sensibilizar a comunidade sobre essa temática, no entanto, a mesma não se faz suficiente. Há eminente necessidade de inserir debates acerca desse tema na pauta das políticas públicas, na busca por um processo educacional igualitário, não patriarcal, que discuta padrões de gênero, ampliando assim os espaços de discussão com direito de fala ao público em questão, para que se sintam seguras e empoderadas ([Durand et al.](#), 2021).

Dessa forma, ao pensar o contexto mais amplo onde ocorre a violência, precisa-se compreender o conceito de vulnerabilidade social. Assim, podemos entendê-la através dos escritos de [Carmo](#) e Guizardi (2018), que a compreendem como uma conjugação de fatores que pode afetar o nível de bem-estar das pessoas, famílias ou comunidades e que resulta em uma exposição maior ao risco. Sob essa perspectiva, o artigo vem composto de quatro seções além desta introdução. Na primeira seção é apresentada a discussão teórica sobre violência doméstica e vulnerabilidades afirmando que são contextos interligados; na segunda seção, há a discussão das estratégias metodológicas utilizadas na pesquisa, na terceira seção a discussão dos principais resultados e, na quarta seção, apresentamos uma breve conclusão do estudo.

### **Violência doméstica e vulnerabilidades: contextos interligados**

Conforme [Bandeira](#) (2014), os estudos feministas sobre a violência de gênero consideram, em especial, o patriarcado como um dos pilares dentro deste contexto e, de modo correlato, a posição de dominação simbólica masculina. Contudo, reconhecem que há outros elementos que compõem essa dinâmica.

Destaca-se o fato de que tais atos violentos normalmente partem de parceiros íntimos, o que torna a situação ainda mais ampla e complexa. Ademais, se trata de um fenômeno social, fazendo-se presente em múltiplos lugares e classes sociais, representando um grande problema de saúde pública, visto que impacta de forma significativa a vida em sociedade. No que se refere à concepção de vulnerabilidade, os autores denotam a multideterminação de sua gênese não estritamente condicionada à ausência ou precariedade no acesso à renda, mas atrelada também às fragilidades de vínculos afetivo-relacionais e desigualdade de acesso a bens e serviços públicos. Não obstante, as críticas em torno de sua indefinição conceitual associado à noção de risco, a adoção de tal categoria, ao mesmo tempo em que buscou definir o objeto próprio e específico da assistência social, contrapondo ao esvaziamento teórico-metodológico de suas entregas, aproximou-se de uma solução terminológica típica de correntes neoliberais e orientações de organismos internacionais ([Chagas et al.](#), 2022).

Ainda cabe afirmar que a vulnerabilidade remete à fragilidade em que determinados grupos populacionais se encontram e, portanto, este conceito envolve

abordagens integradas e pode ser considerado como oposto ao conceito de saúde. No campo da saúde pública, esse conceito incorpora elementos sociais, econômicos, culturais, com presença na bioética, na saúde mental, ambiental e na epidemiologia, uma vez que um contexto vulnerável é resultado de um conjunto de aspectos individuais, coletivos e contextuais (Bauermann & Lutinski, 2022).

Além disso, há a situação de vulnerabilidade das famílias, que está relacionada à sua situação de carência financeira, exploração e abuso, aspectos psicossociais e culturais. A miséria se expressa de muitas formas e expõe indivíduos a condições de vida muitas vezes a níveis abaixo da dignidade humana, interferindo na complexa dinâmica da vida familiar. Sobretudo porque, geralmente, a própria dependência existente em relação à mulher e o ambiente doméstico e seus membros, seja financeira ou, ainda, emocional, fomenta a situação de vulnerabilidade que, por sua vez, repercute nas condições de vida (IPEA, 2019).

Cabe ressaltar que o contexto da vulnerabilidade predispõe a violência, dessa forma, o patriarcado sustenta e mantém relações de poder e dominação dos homens (socialmente mais valorizados) sobre as mulheres, tendo consequências ainda mais graves sobre mulheres negras e pobres (Aguilar, 2015). Sob esse viés, o abuso contra as mulheres é um dos fenômenos de grande impacto no âmbito da saúde pública em geral e da psicoterapia familiar (Falcke et al., 2009). Isso porque, além de a vítima sofrer danos físicos, há também os danos psicológicos, uma vez que a violência doméstica não é episódica, pelo contrário, é corrente, socialmente tolerada e escondida pela vítima em nome da sacralidade da instituição familiar. Infelizmente, essa manifestação desumana e preocupante que se desenvolve no plano microsocial ganha, a cada dia, mais adesão. Conforme já mencionado, esse tipo de violência foi sendo construído ao longo de nossa história e é calcado nas relações assimétricas entre homens e mulheres, relações de poder desigual entre os gêneros.

Estudos indicam que algumas mulheres vítimas de violência doméstica têm dificuldades para sair de relacionamentos abusivos, pois “a vivência da insegurança com relação ao gênero se enquadra no que se refere à vulnerabilidade social estar relacionada a um conceito não linear” (Durand et al., 2021, p.2). Diante de uma cultura patriarcal, machista e que preserva a

ideia de que as mulheres precisam ser protegidas por homens, que tomam isso como um processo natural, acabam normalizando a violência e reforçando essa situação histórica de submissão (Zirbel, 2020). Assim, faz-se necessário recorrer a subsídios psicológicos e ações articuladas para a promoção e prevenção da saúde (Adames et al., 2018).

A autora Heleieth Saffioti (2015), em sua obra *Gênero, patriarcado e violência*, pontua que a violência familiar deriva de uma organização social de gênero que privilegia o sexo masculino. Ou seja, a mulher, além do sofrimento gerado pelo adoecimento da família, é penalizada por uma realidade desigual e discriminatória que impõe à figura feminina a ideia de submissão e menosprezo.

As desigualdades de gênero impactam de maneira negativa as relações interpessoais e afetivas, os ciclos sociais, o acesso aos direitos e os processos de reprodução social traduzidos nos modos de vida e trabalho das mulheres. Sob essa perspectiva, a violência gerada por esta desigualdade, uma vez perpetrada ou tolerada pelo Estado, configura um dos maiores desafios para a garantia dos direitos humanos e das liberdades das mulheres. Ressalta-se que tais desigualdades sociais podem ensejar situações de abuso por diferentes mecanismos. Isto é, há diferença na vivência destas situações por homens e mulheres; enquanto a maioria dos homens são vítimas na esfera pública, a relação opressiva sofrida pelas mulheres se dá com maior frequência no ambiente doméstico, sob condições severas e repetitivas. Assim, elas tornam-se inseguras e, em vista disso, ocupam menos espaços no âmbito social e são acometidas por sofrimentos emocionais que as impedem de crescer e avançar tanto profissionalmente como pessoalmente (IPEA, 2019).

Cabe afirmar que o termo violência de gênero no sentido do homem contra a mulher, e em sua amplitude, pode ocorrer tanto entre mulheres quanto entre homens (Saffioti, 1999). Contudo, conforme a autora enfatiza em seus escritos, a violência mais a perpetrada é a dos homens contra as mulheres, sendo utilizada como sinônimo de violência contra a mulher. Ainda sobre essa temática, a autora pontua que concerne preferencialmente às relações homem-mulher, o que não significa que uma relação entre duas mulheres ou dois homens não possa se enquadrar nesta categoria, porém destaca que “a violência de gênero possui conceito amplo, abrangendo vítimas mulheres,

crianças e adolescentes de ambos os sexos” (Saffioti, 1999, p. 115). A autora conceitua violência como uma ruptura de qualquer forma de integridade de uma pessoa, ou seja, a violência pode ser física, psíquica, moral ou sexual.

Saffioti é defensora da utilização do termo “patriarcado” para se ao referir-se ao sistema que oprime as mulheres, como um sistema político de dominação; em suas palavras: ‘colocar o nome da dominação masculina - patriarcado - na sombra significa operar segundo a “ideologia patriarcal”’ (Saffioti, 2015, p. 59). A autora enfoca sua análise na categoria social de gênero, masculino e feminino, e evita reducionismos e análises individualistas.

Assim, percebe-se que violência de gênero, violência doméstica e o contexto histórico social estão interligados e acabam por gerar vulnerabilidades e situações de risco que são apontadas por Saffioti (2015) em sua obra.

### Estratégias metodológicas

Este artigo consiste em um recorte do projeto de mestrado intitulado *Mulheres Trabalhadoras em Situação de Vulnerabilidade Social*, cujo objetivo foi compreender os fatores que motivam a violência familiar no cotidiano de mulheres da periferia de Santa Cruz do Sul/RS, em situação de vulnerabilidade social. O percurso metodológico adotado se caracteriza como um estudo exploratório do tipo observacional descritivo. Para a coleta de dados selecionou-se uma amostra intencional não probabilística, de 100 trabalhadoras de uma empresa multinacional do interior do RS. A pesquisa teve como critério de inclusão: 1 - ter união estável; 2 - atuar na empresa por pelo menos duas safras consecutivas e desta forma ser denominada neste contexto organizacional de “retornante”; 3 - estar em contrato vigente no mês de fevereiro de 2021. Assim, todas trabalhadoras que se encaixaram nestes critérios foram convidadas a participar do estudo. Todos os requisitos éticos foram cuidados, sendo o projeto devidamente aprovado, e após aprovação e aceite da instituição parceira iniciou-se o processo de investigação. O nome das mulheres foi trocado por nomes de rosas para não serem identificadas. A empresa disponibilizou espaço físico e acesso às trabalhadoras para que a pesquisadora explicasse os objetivos da pesquisa e apresentasse o TCLE,

fazendo o convite para participação espontânea. A coleta de dados foi realizada na própria empresa, durante os meses de abril a julho de 2021, a primeira etapa foi aplicação de um questionário fechado, auto aplicado disponibilizado em cópia física, para as 100 trabalhadoras. Após o convite e explicações, 85 mulheres aceitaram participar da pesquisa e preencheram o questionário, o qual continha questões sobre: 1) faixa etária, 2) escolaridade, 3) renda familiar, 4) estado civil, 5) quantidade de filhos, 6) número de pessoas no domicílio, 7) familiar envolvido com drogas e 8) familiar preso. Na sequência, após o preenchimento do questionário, foram sorteadas aleatoriamente 10 mulheres para participarem do processo de entrevistas, a técnica utilizada foi o Grupo Focal, ocorreram 10 encontros com duração de 30 minutos nas dependências da empresa. Todas aceitaram participar, contudo, somente seis compareceram de fato aos grupos, que foram realizados na empresa pós-expediente de trabalho, com datas agendadas previamente, em sala com condições de acústica e sigilo. A técnica do grupo focal enquanto atividade coletiva tem como um dos objetivos buscar compreensões da construção social de percepções, atitudes e representações de um grupo diante de um tema (Pataro & Calsa, 2020), aqui escolhido como as vulnerabilidades das trabalhadoras e a violência. Os dados quantitativos serviram para a compreensão do contexto em que vivem as mulheres deste estudo e suas condições sócio demográficas e foram organizados e tabulados através do programa *Microsoft Excel*. Os Grupos Focais, geraram dados qualitativos que tiveram objetivo de aprofundar a discussão sobre a situação de vulnerabilidade das mulheres e seu cotidiano, relacionando com a possível violência doméstica sofrida e o que apontam os teóricos que trabalham com as questões de gênero.

### Resultados e discussão

Como primeiro resultado desta pesquisa apresenta-se o perfil das mulheres trabalhadoras, um grupo composto por algumas características comuns: em relação ao estado civil observou-se que 53% das mulheres são solteiras e 16% possuem união estável; a amostra se constituiu por baixa escolaridade, 79% das mulheres não possuem ensino fundamental completo, sendo que apenas 8% possuem ensino médio completo. Além disso, as idades ficaram em sua maioria entre 40 e 59 anos (55%) da referida amostra.

Sobre esse perfil, cabe o questionamento frente aos resultados encontrados nesta amostra de mulheres trabalhadoras com baixa escolaridade, mulheres em uma idade avançada, com baixa renda e em sua maioria solteiras; será que estas características encontradas poderiam contribuir para uma condição maior de vulnerabilidade?

### **Discutindo a vulnerabilidade das mulheres em estudo: características socioeconômicas das mulheres trabalhadoras**

Em relação aos fatores analisados, os resultados evidenciaram que, no que tange à renda familiar, 50% das mulheres entrevistadas contam com até um salário mínimo para o sustento próprio e de suas famílias. Ainda no que diz respeito à quantidade de filhos, de acordo com os resultados obtidos, 67% delas possuem entre um e quatro filhos, já em relação ao número de pessoas no domicílio, evidenciou-se que a maioria das pesquisadas (53%) moram com mais de três pessoas. O modelo familiar patriarcal foi instituído no Brasil desde a colonização e, após, foi somente sendo adaptado e reajustado de acordo com as condições sociais do país. Ou seja, a posição da mulher enquanto membro da família demonstra, desde o princípio, a discriminação de gênero existente. Desta forma, salienta-se que cabe a elas a responsabilidade pela educação dos filhos e pelo trabalho doméstico, sendo assim, essa dupla, ou tripla, jornada de trabalho gera sobrecargas e acúmulos de deveres e atribuições (Corrêa et al., 2021).

Ademais, destaca-se que a permanência de todos os membros do núcleo familiar dentro das pequenas casas contribui, indubitavelmente, no que diz respeito aos conflitos interpessoais no âmbito da família. Nesse contexto, é evidente que há o agravamento de situações de estresse, depressão e angústia, aumentando, conseqüentemente, a tensão em decorrência do desemprego, fato que contribui consideravelmente para o aumento da violência intrafamiliar.

Ainda que uma mulher não tenha seus próprios filhos, ela é vista como naturalmente cuidadora (capaz de “maternar”), não somente podendo como devendo empregar esse “dom” no cuidado de outras pessoas, a exemplo de pais, irmãos, sobrinhos, doentes da família, etc. Além disso, esse cuidado também se caracteriza pelos cuidados domésticos, cabendo à figura feminina também, na maioria dos casos, os serviços da casa. Essa naturalização coloca a mulher em situação de intensa

sobrecarga e invisibiliza o trabalho e o dispêndio de tempo-energia-força implicado no trabalho doméstico (Zanello, 2018).

Dessa forma, a partir dos dados encontrados na pesquisa, foi possível inferir que a sobrecarga de papéis assumidos pelas mulheres frente às dificuldades sociais e econômicas pode contribuir para uma exposição maior à violência familiar. Cabe lembrar que às mulheres muitas vezes é determinado o papel de mãe, chefe de família e única responsável pelos filhos. No Grupo Focal, realizado em 2021, quando o assunto discutido foi o papel de mãe e o relacionamento com os filhos, Rosa relatou:

*“eu tenho uma filha, né, que não mora comigo porque eu sou separada, ela já tem a casa dela e a vida dela, e como é minha relação com ela? É uma relação muito boa, a gente não é mãe e filha, a gente é muito amigas, hoje ela é minha confidente, eu falo com ela dos meus problemas pessoais de mulher, né, então ela pra mim ela é minha confidente, minha psicóloga, eu passei por problemas com pai dela no casamento então pra mim a minha filha me escutou muito e na minha separação, né, nos meus 20 anos de casamento foi a minha filha que me incentivou a sair daquele, sabe, daquele casamento que me oprimia, foi a minha filha, então a minha filha pra mim é tudo a relação que eu tenho com ela é coisa fora do normal, eu sempre vou proteger ela também”*

Da mesma forma, foi externado por Violeta: *“meus filhos é tudo pra mim, são meus companheiros, passam luta e sofrimento comigo, mas tão sempre do meu lado”*. Cravo relata algo semelhante: *“tenho dois filhos, um de dois anos e um de dez, faço tudo por eles, a gente é muito grudado um com o outro e é muito difícil separar deles, eu protejo muito eles”*. Já em sua fala, Margarida afirma: *“a minha filha não mora comigo e nós não se demo muito bem porque ela me traz muito problema, é isso”*. No mesmo sentido, outra entrevistada, Bromélia, respondeu: *“tenho 5 filhos, a gente se dá bem, só que tem uns que são meio né, meio diferente né”*.

Verifica-se que é delegado a essas mulheres o papel de chefe de família, o que gera, na maioria das vezes, atribuições excessivas que, conseqüentemente, resultam em casos de baixa autoestima, ansiedade, medos e frustrações. É possível perceber, nesse contexto, que tal encargo gera um aumento considerável quanto à exposição a situações de vulnerabilidade social. Para Durand (2021), esta situação nem sempre é percebida pela pessoa em situação

de vulnerabilidade, e é preciso considerar a fragilização de vínculos afetivos, como também as discriminações etárias, étnicas e de gênero neste contexto. Em vista disso, na análise dos relatos dessas mulheres, é possível compreender que tais depoimentos expressam um sentimento de responsabilidade, proteção e apego excessivo, tanto físico como emocional, para com os filhos.

Na sequência, evidencia-se, ainda, uma situação conflituosa entre mães e filhos, percebida a partir da dificuldade em verbalizar tal condição de sobrecarga, uma vez que foi possível perceber o desconforto delas diante dessa situação, sobretudo pela dificuldade em externar seus sentimentos. [Lemos](#) e Kind (2017) apontam que a contemporaneidade delimita o papel da figura feminina. Isso porque é atribuído às mulheres determinadas incumbências que fazem com que a sociedade as visualize como um sujeito de múltiplas facetas.

Os problemas são agravados ainda mais pela discriminação nas relações sociais – trabalho, família, etc. – e pela sobrecarga com as responsabilidades advindas do trabalho doméstico e cuidado com os filhos. Alegam também os autores que outras variáveis como raça, etnia e situação de pobreza realçam ainda mais essas desigualdades. Nota-se que as mulheres são, muitas vezes, postas em segundo plano, sobretudo pelos inúmeros encargos que são a elas designados, fazendo com que estas, em tempos de constante mudança social, sejam forçadas a assumirem um papel de protagonismo nas suas vidas e no espectro social e familiar no qual estão inseridas e, por conseguinte, o papel de mãe é um exemplo disso.

Além disso, em razão da vulnerabilidade social, a figura da mulher acaba tendo papel central, pois, muitas vezes, por circunstâncias da própria realidade, ela assume sozinha a função de chefe de família. De forma geral, elas permanecem em empregos precários e vulneráveis, além de receberem os piores salários e possuírem jornadas extensas, fruto da acumulação do trabalho remunerado com serviços de cuidado do lar ([IPEA](#), 2019).

Ademais, desde sempre mulheres acumulam diferentes atividades e são cobradas por um senso de responsabilidade e cuidado, e além disso são ensinadas, ainda meninas, que esse é o seu papel, que ela deve cuidar do que é dela e do que é do outro. Na atual sociedade, a capacidade de gestar foi associada

à capacidade de cuidar, o que naturalizou nas mulheres o papel de cuidar das tarefas domésticas, dos filhos e de outros membros familiares. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ([IBGE](#), 2020) retratam um panorama que corrobora essa ideia: a mulher dedica em média 20,9 horas/semanais nas atividades domésticas, enquanto os homens destinam 10,8 horas/semanais.

Também a partir das discussões nos Grupos Focais, evidenciou-se que as participantes normalizam o fato de o papel da mulher ser de prover e cuidar da família, pois, quando questionadas sobre “O que é ser mulher para você?”, Rosa respondeu: “então, pra mim ser mulher é ser forte, é ser tudo, é ser o estio da casa é tomar conta de tudo, tomar conta da gente também, então pra mim, ser mulher é isso”; Margarida relata: “pra mim é tomar conta dos filho, da casa, do marido, é tudo...”; Bromélia diz: “ser mulher pra mim acho que é tudo, é a família...”; Violeta apresenta na sua fala a dimensão que é o ser guerreira, batalhadora, que também pode estar relacionado ao conseguir dar conta das dificuldades do dia-a-dia: “ser mulher pra mim é ser guerreira forte e batalhadora...”.

O estudo realizado para a tese de doutorado *Idosos em situação de dependência: quem cuida? Elementos para o debate* ([Montenegro](#), 2017) reflete sobre a diferença de papéis de homens e mulheres e a sobrecarga do cuidado que recai sobre as mulheres e é normalizada ou naturalizada pela sociedade. Este afirma que ao se falar em cuidado, a mulher continua sendo identificada pelo imaginário social como a responsável por todas as tarefas e por todo o trabalho da casa, este encontra-se naturalmente relacionado aos ‘atributos femininos’.

Em relação à coleta de dados realizada na primeira etapa da pesquisa com a utilização de questionários, foram colocadas questões sobre drogadição e outros temas de cunho social, o que nos remete à discussão sobre vulnerabilidade social e sua associação à violência familiar. Assim, ao analisar os resultados, verificou-se que das mulheres que participaram da pesquisa, 14% afirmaram ter um familiar envolvido com drogas, e 13% afirmaram ter tido algum familiar que já foi preso. Contudo, verificados os percentuais de mulheres que não responderam às questões relacionadas à drogadição e à criminalidade de familiares, chegou-se ao percentual de 38%, número que pode evidenciar a possibilidade de negação e/ou omissão, pelo fato de não se sentirem confortáveis para abordar o tema.

Talvez pela pesquisa ter sido realizada no ambiente de trabalho, o que pode ter suscitado alguma desconfiança em relação ao como estas informações seriam utilizadas pela pesquisadora.

Outro aspecto que merece consideração e, inclusive já apontado no artigo, é a questão da violência familiar, seja esta física, psicológica ou emocional, que está presente em grande parte das famílias vulneráveis. Ainda, infere-se que a violência familiar, de alguma forma, passa a ser naturalizada pelas mulheres cuja fragilidade e vulnerabilidade não permite que se libertem de tal situação (Zirbel, 2020). Em evidência a isso, quando questionadas, sobre “Como é a sua relação com o seu companheiro (a)?” ficou explícito que algumas sofrem ou sofreram com relacionamentos abusivos, conforme verifica-se nos relatos que seguem:

*“Bem, hoje eu não tenho mais companheiro, porque como eu falei antes, né, pra você, foram 20 anos de um casamento bem complicado, bem complicado mesmo e eu passei muito trabalho até pra poder sair dessa situação, então hoje, eu hoje eu tenho uma pessoa com quem eu saio me divertir, a gente meio que namora a gente fica, e hoje eu tenho uma relação legal com essa pessoa mas não tenho assim um marido, um companheiro que vive comigo né por que não, graças a Deus eu consegui né sair dessa situação” (Rosa)*

*“O meu primeiro marido a gente..., passei muito trabalho com ele, era uma pessoa ruim, era ruim pra mim e meus filhos, daí me separei dele, passei um tempo sozinha com meus filhos, depois arrumei outra pessoa que era muito boa pra mim, pro meus filhos, só que aconteceu que ele acabou morrendo, dali pra cá eu não arrumei mais ninguém, daí não quis mais arrumar mais ninguém” (Bromélia)*

E por fim Violeta refere em sua fala: “Não tenho companheiro e ‘minha companheira’ foi muito ruim pra mim e pro meu filho, não pretendo ter mais companheiro”.

Importante mencionar nesta reflexão sobre as falas das entrevistadas que as mesmas refletem a discussão que Saffioti (2015) traz sobre o patriarcado, sobre a exploração das mulheres e sua sujeição, além da não identificação da violência. A relação de poder que subjuga a mulher também é estabelecida de forma a manter este pacto (Zirbel, 2020). Quando questionadas sobre se “já sofreu algum tipo de violência?”, Rosa e Bromélia apresentam afirmações semelhantes:

*“eu nunca sofri violência física, meu marido nunca me levantou a mão, mas ahh..., eu sofri outro tipo de violência com ele que era aquela coisa de ahh, tu não faz nada direito, ah tu tá gorda, tu não te cuida, sabe, tipo ah não fico em casa porque não tem graça, né, então esse tipo de violência, mas violência física eu mesmo nunca sofri, até porque ele nem era louco né... mas enfim, a gente tem, eu, eu sofri mas depois eu vim descobri que isso era uma violência” (Rosa)*

*“já sofri muita violência com meu primeiro marido, não de apanhar, mas ele sempre me botava lá em baixo dizia coisas assim que no fim eu acabei acreditando que era aquilo, que, daí eu entrei em depressão porque tive muito bah, passei... me achava a pior mulher do mundo, a mulher mais feia, mais esquisita porque ele me pisava demais, dizia coisas muito ruim pra mim, depois me separei dele, fiquei muito tempo sem namorar, sem nada porque eu achava que aquilo que ele tinha me falado era verdade aí depois eu arrumei outra pessoa que mostrou que não era aquilo que ele tinha falado” (Bromélia)*

Em seu relato, Margarida confirma já ter sofrido com violência física, “já sofri violência, teve uma vez que ele até quebrou meu nariz, já sofri muito tempo que ele bebia, apanhava na rua, eu sofri muito na mão dele, mas agora Graças a Deus ele parou”. Assim como Violeta: “Eu tive violência, meu marido me batia e eu dei Graças a Deus que ele saiu de casa e sumiu”.

Através dessas falas, fica evidente o sofrimento físico e psicológico vivenciado pelas participantes em suas relações conjugais, o que as coloca diante da sociedade em um lugar totalmente subjugado e inferiorizado. Tal fato apenas corrobora o conceito de que a violência é um fenômeno recorrente na história da humanidade e é produzida em meio aos arranjos sociais. Ainda na esteira da discussão sobre a vulnerabilidade da mulher, no relato de Rosa sobre “o que ela entende por violência familiar?”, ela afirma:

*“Então, entendo que é tudo isso..., violência familiar não é só quando se agride, mas é como quando se deixa a gente como mulher num nível inferior a eles, né, aí eu sou o homem da casa, eu mando tu me obedece, né, eu saio, eu posso fazer festa mas a minha esposa não pode sair, então, eu entendo como violência isso também né”*

A violência física e psicológica relatada por essas mulheres trabalhadoras aprofunda a importância da

discussão sobre as políticas públicas de combate à violência doméstica e à violência de gênero. [Martins e Costa \(2022\)](#) referem que as políticas em si não têm o poder de realizar as mudanças que pretendem, sendo necessário observar como são construídas as crenças sobre as práticas e como estas se inserem no cotidiano das instituições. Diante disso, cabe destacar a importância de uma análise qualitativa mais aprofundada, para compreender se a mulher que se encontra em situação de vulnerabilidade, aliada à instabilidade do cotidiano, ao contexto social em que vive, teria sua história de vida influenciada por disfunções no âmbito familiar e, entre elas, a violência.

Assim, é necessário pensar sobre o fato de que a violência contra a mulher é um tema de preocupação nacional e internacional, contudo nem sempre foi assim. Em uma perspectiva histórica, o processo de domesticação e normatização do corpo feminino pode ser visto como um mecanismo de controle social, o qual reforça o conceito ideológico vinculado ao papel da mulher na sociedade. Este conceito pode ser um fator que contribui para desencadear inúmeras formas de violência já que a mulher é vista como propriedade particular, sem direito à vontade própria, fato que evidentemente corrobora com a normalização da violência.

Além disso, conforme explica [Saffioti \(2015\)](#), a magnitude do trauma não guarda proporcionalidade com relação ao abuso sofrido. Feridas do corpo podem ser tratadas com êxito num grande número de casos. Feridas da alma podem, igualmente, ser tratadas. Todavia, as probabilidades de sucesso, em termos de cura, são muito reduzidas e, em grande parte dos casos, não se obtém nenhum êxito.

Essa recente percepção e consciência que parte da sociedade atingiu atualmente foi fruto de um trabalho incansável e articulado de diversos grupos, sendo os movimentos de mulheres os principais responsáveis por retirar do sigilo a dor e o medo de gerações de mulheres, dando voz a estas. Nesse âmbito, por meio do desenvolvimento dos meios de identificação de possíveis situações que configuram violência, física ou emocional, a “legítima defesa da honra masculina”, que por muito tempo foi legal e socialmente aceita, deixou de ser e passou a ser crime, com código penal e cumprimento de pena, sendo enquadrado na Lei Maria da Penha (Lei n. [11.340](#), 2006).

Quando a socióloga [Saffioti \(2015\)](#) publica “A mulher brasileira nos espaços público e privado”, pesquisa sobre a violência contra mulher no Brasil, com os dados da Fundação Perseu Abramo entre os anos de 1988 e 1992, já aponta que as entrevistas realizadas em casa de passagem para vítimas de violência demonstram a gravidade do abuso sexual sofrido por meninas.

Desse modo, compreende-se que o tema deste artigo, por mais que não seja original, segue atual, pois há muito ainda por fazer para que se possa barrar a violência, para termos igualdade entre os gêneros e uma sociedade mais justa e mais solidária. Por conta disso, percebe-se que apesar de a temática ser contínuo objeto de estudo, amplamente discutida não só a partir de movimentos feministas, mas também na mídia, algumas mulheres ainda têm grande dificuldade em denunciar a violência sofrida. As mulheres seguem sendo, muitas vezes, vítimas silenciosas da violência doméstica, tendo em vista a dificuldade em denunciar alguém tão próximo que faz parte do meio familiar. No entanto, acredita-se que só o enfrentamento dessas situações contribuirá para que elas superem suas experiências negativas e, por fim, encontrem forças para reconstruir suas trajetórias.

## Considerações finais

Este artigo objetivou refletir sobre a condição de mulheres em vulnerabilidade social e sua relação com o fenômeno da violência familiar. A partir desse estudo, verificou-se que as mulheres trabalhadoras em situação de vulnerabilidade social possuem, em grande parte, diversas características comuns, quais sejam, a pouca escolaridade, baixa condição socioeconômica, construção familiar desestruturada, além da possível naturalização da violência, que é agravada pela falta de compreensão necessária do contexto da violência familiar. Porém, salienta-se que o número de mulheres trabalhadoras estudado é muito pequeno para fazer qualquer inferência e que há necessidade de estudos com amostras maiores.

Cabe ressaltar, ainda, que o enfrentamento da violência não é algo simples, e nem de um setor específico do governo, há necessidade de políticas públicas coadunadas entre vários setores como saúde,

assistência social e direitos humanos, jamais esquecendo a importância da educação e cultura, para que se possa fazer o enfrentamento das desigualdades de gênero em nosso país.

Na experiência desta pesquisa, as mulheres em sua maioria chefes de família, vivem em zonas periféricas e sem uma profissionalização, vivem do trabalho temporário como alternativa de subsistência e sofrem ou já sofreram alguma situação de violência familiar.

Assim, para finalizar esta reflexão, cabe salientar a importância do fortalecimento das políticas públicas de enfrentamento e de prevenção à violência, que foram sempre tão poucas e tão frágeis (com poucos investimentos governamentais) e avaliar e dar visibilidade às medidas existentes que são capazes de proteger a mulher que consegue denunciar e sair (quebrar) do ciclo da violência.

### Contribuições das autoras

Avila, J. S. realizou seu trabalho de conclusão do Mestrado Profissional em Psicologia, o qual deu base para o artigo. Participou desde o planejamento da pesquisa, a coleta de dados em campo, bem como no delineamento metodológico e nas análises dos dados. Assim como na redação do artigo. Areosa, S. V. C. orientou o planejamento do estudo, orientou a coleta de dados a campo, bem como participou da análise dos dados e na escrita e revisão da redação do artigo. As autoras revisaram e aprovaram a versão final e estão de acordo com sua publicação.

### Conflitos de interesses

Nenhum conflito financeiro, legal ou político envolvendo terceiros (governo, empresas e fundações privadas etc.) foi declarado para nenhum aspecto do trabalho submetido (incluindo, mas não se limitando a subvenções e financiamentos, participação em conselho consultivo, desenho de estudo, preparação de manuscrito, análise estatística etc.).

### Indexadores

A Revista Psicologia, Diversidade e Saúde é indexada no [DOAJ](#), [EBSCO](#) e [LILACS](#).



## Referências

- Adames, B., Bonfíglio, S. U., & Becker, A. P. S. (2018). Acolhimento psicológico para mulheres vítimas de violência conjugal. *Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 13(2), 1-12. [http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/revista\\_ppp/article/view/2980](http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/revista_ppp/article/view/2980)
- Aguiar, N. F. (2015). Patriarcado. In E. Fleury-Teixeira, & S. N. Meneghel (Orgs.), *Dicionário feminino da infância: acolhimento e diagnóstico de mulheres em situação de violência* (pp. 270-272). Editora Fiocruz.
- Andrade, A. R. G., & Souza, T. G. P. (2021). O impacto da violência doméstica na vida da mulher que exerce o trabalho remoto em tempos de pandemia de covid-19 [TCC de Graduação e Especialização, UNA]. Repositório Universitário da Ânima. <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/13938>
- Arboit, J., Costa, M. C., Silva, E. B., Colomé, I. C. S., & Prestes, M. (2018). Violência doméstica contra mulheres rurais: práticas de cuidado desenvolvidas por agentes comunitários de saúde. *Saúde e Sociedade*, 27(2), 506-517. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902018169293>
- Bandeira, L. M. (2014). Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. *Sociedade e Estado*, 29(2), 449-469. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922014000200008>
- Bauermann, A. C., & Lutinski, J. A. (2022). Vulnerabilidades associadas às mulheres agricultoras familiares em municípios da região oeste de Santa Catarina. *Saúde (Santa Maria)*, 47(1), e66352. <https://periodicos.ufsm.br/revistasaude/article/view/66352>
- Carmo, M. E., & Guizardi, F. L. (2018). O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. *Cadernos de Saúde Pública*, 34(3), e00101417. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00101417>
- Chagas, E. R., Oliveira, F. V. A., & Macena, R. H. M. (2022). Mortalidade por violência contra mulheres antes e durante a pandemia de Covid-19. Ceará, 2014 a 2020. *Saúde em Debate*, 46(132), 63-75. <https://doi.org/10.1590/0103-1104202213204>
- Corrêa, M. D., Moura, L., Almeida, L. P., & Zirbel, I. (2021). As vivências interseccionais da violência em um território vulnerável e periférico. *Saúde e Sociedade*, 30(2), e210001. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902021210001>
- Durand, M. K., Heideman, I. T. S. B., Rumor, P. C. F., Vendrusoclo, C., Belaunde, A. M. A., & Souza, J. B. (2021). Possibilidades e desafios para o empoderamento feminino: perspectivas de mulheres em vulnerabilidade social. *Escola Anna Nery*, 25(5), e20200524. <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2020-0524>

- Falcke, D., Oliveira, D. Z., Rosa, L. W., & Bentancur, M. (2009). Violência conjugal: um fenômeno interacional. *Contextos Clínicos*, 2(2), 81-90. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1983-34822009000200002](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-34822009000200002)
- Ferreira, P. C., Batista, V. C., Pesce, G. B., Lino, I. G. T., Marquete, V. F., & Marcon, S. S. (2020). Caracterização dos casos de violência contra mulheres. *Revista de Enfermagem UFPE on line*, 14. <https://doi.org/10.5205/1981-8963.2020.243583>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2020, 16 de julho). *Em média, mulheres dedicam 10,4 horas por semana a mais que os homens aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas*. Editoria: Estatísticas Sociais. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27877-em-media-mulheres-dedicam-10-4-horas-por-semana-a-mais-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas>
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). (2019, 15 de março). *Mulheres ganham 76% da remuneração dos homens*. IPEA. [https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/2462-mulheres-ganham-76-da-remuneracao-dos-homens#:~:text=A%20quest%C3%A3o%20de%20g%C3%A9nero%20%C3%A9,Amostra%20de%20Domic%C3%ADlios%20\(PNAD\).](https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/2462-mulheres-ganham-76-da-remuneracao-dos-homens#:~:text=A%20quest%C3%A3o%20de%20g%C3%A9nero%20%C3%A9,Amostra%20de%20Domic%C3%ADlios%20(PNAD).)
- Lei nº 11.340 de 07 de agosto de 2006. (2006). Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução penal; e dá outras providências. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm)
- Lemos, R. F. S., & Kind, L. (2017). Mulheres e maternidade: faces possíveis. *Estudos & Pesquisas em Psicologia*, 17(3), 840-859. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S1808-42812017000300003&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1808-42812017000300003&lng=pt&nrm=iso)
- Montenegro, R.C.F. (2017). Idosos em situação de dependência: quem cuida? Elementos para o debate [Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo]. Repositório PUCSP. <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/20240>
- Martins, T. O., & Costa, J. F. A. (2022). Concepções de profissionais dos Centros de Atenção Psicossocial sobre promoção da cidadania. *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*, 11, e4054. <https://doi.org/10.17267/2317-3394rps.2022.4054>
- Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). (2022, 29 de junho). *Violência contra as mulheres*. Tópicos website OPAS. <https://www.paho.org/pt/topics/violence-against-women>
- Pataro, R. F., & Calsa, G. C. (2020). Reflexões sobre a pesquisa com grupos focais nas ciências sociais e humanas: a questão da quantidade de participantes, proveniência e local de organização. *Revista Ciências Sociais*, 56(1), 01-12. <https://doi.org/10.4013/csu.2020.56.1.01>
- Saffioti, H. I. B. (1999). Já se mete a colher em briga de marido e mulher. *São Paulo em Perspectiva*, 13(4), 82-91. <https://doi.org/10.1590/S0102-88391999000400009>
- Saffioti, H. I. B. (2015). *Gênero, Patriarcado e Violência* (2ª ed.). Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo. [https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2021/10/genero\\_web.pdf](https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2021/10/genero_web.pdf)
- Zanello, V. (2018). *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. Appris Editora.
- Zirbel, I. (2020). Cuidado, masculinidades e responsabilidade social. *Revista Mais que Amélias*, 7, 1-24. [https://8817bea9-051e-4071-aa02-bb0ea330c83e.filesusr.com/ugd/cafb5\\_eaafd0741c0f4d4899b325efeaaedabc.pdf](https://8817bea9-051e-4071-aa02-bb0ea330c83e.filesusr.com/ugd/cafb5_eaafd0741c0f4d4899b325efeaaedabc.pdf)